

RELAÇÃO TRANSATLÂNTICA: RUTURA OU *RESET*?

Helena Carreiras

A tendência para o agravamento de tensões pré-existentes no relacionamento transatlântico é reconhecida pelos vários autores deste IDN Brief como uma das consequências desta pandemia. Os textos aqui reunidos analisam a expressão e implicações do distanciamento entre aliados nas dinâmicas da cooperação entre a UE e os EUA, na liderança global dos EUA e no papel da NATO.

Existirá um fosso intransponível no relacionamento transatlântico? Ou será possível reverter a deterioração e fazer um *reset* aos termos desta relação?

COVID-19 E RELAÇÕES TRANSATLÂNTICAS: O ESPAÇO COMO DOMÍNIO PRIVILEGIADO DE COOPERAÇÃO

Bruno Reynaud de Sousa

O IMPACTO DO COVID-19 NAS RELAÇÕES TRANSATLÂNTICAS AS TRÊS TENDÊNCIAS AGRAVADAS

Diana Soller

AS RELAÇÕES TRANSATLÂNTICAS PÓS-COVID-19

Lívia Franco

O COVID-19 COMO FATOR DE REFORÇO DO AFASTAMENTO VIGENTE NAS RELAÇÕES TRANSATLÂNTICAS

Luís Dias Ramos

A PANDEMIA E AS RELAÇÕES TRANSATLÂNTICAS

Luís Nuno Rodrigues

DESAFIOS DE SEGURANÇA NO PÓS-COVID-19

Luís Valença Pinto

AS RELAÇÕES TRANSATLÂNTICAS EM TEMPOS DE COVID-19: O *RESET* TRANSATLÂNTICO PRECISA-SE!

Patricia Daehnhardt

A primeira é o afastamento dos aliados. A eleição de Donald Trump criou um fosso entre o líder da NATO e os restantes Estados. O presidente dos EUA tornou claro, muito cedo no seu mandato, que a Aliança Atlântica tinha deixado de ter uma importância central para Washington, uma vez que o centro de gravidade do poder se tinha desviado para o Pacífico e o elemento normativo aglutinador – os valores liberais comuns – eram despicientes no seu pensamento político. O artigo 5.º ficou em causa pela primeira vez desde 1949. Simultaneamente, a pandemia demonstrou ser uma oportunidade para Washington estreitar laços com países asiáticos através do *Quad*, um grupo que se constituiu a propósito do tsunami de 2004 e que foi reerguido, com novos membros, para tratar das questões sanitárias e económicas causadas pelo Covid-19. O alcance do grupo tem vindo a ser alargado; os EUA, a Índia, o Japão e a Austrália planeiam um exercício militar naval conjunto em Malabar. Será a primeira vez que os membros mais importantes desta parceria o fazem, sabendo que esta manobra não será vista com bons olhos por Pequim.

Em segundo lugar, os Estados Unidos, o produtor de ordem no Ocidente, retiram-se da liderança regional e global. Se esta tendência já era visível antes do início deste ano, é agora incontornável. Numa primeira fase, a China tentou ocupar o lugar norte-americano na liderança internacional desta crise, mas a fraqueza relativa de Pequim e a forma como geriu a pandemia levou ao efeito de afastamento de muitos Estados, principalmente democráticos, quer na esfera europeia quer na asiática. Um exemplo importante é a forma como

anunciaram rejeitar contratos com a Huawei para a distribuição da 5G. Assim, o sistema internacional viu-se privado de uma liderança sólida, o que aumenta a incerteza dos mais vulneráveis.

Finalmente, neste contexto internacional em que a volatilidade foi agravada pela pandemia, a Europa mostrou-se desamparada nas questões de segurança. Para se fortalecer deverá tirar partido das duas oportunidades que o sistema internacional lhe oferece: (1) o reforço financeiro e militar da NATO vindo dos dois lados do Atlântico. A aliança pode ter deixado de ser o que era em termos normativos e na garantia da providência imediata de segurança, mas há muito que, do ponto de vista militar, não era tão eficaz; e (2) gerir a abertura de democracias asiáticas, especialmente a Índia, para a criação de novas parcerias estratégicas.

As Relações Transatlânticas pós-Covid-19

Lívia Franco

Professora e Investigadora, IEP-UCP e Investigadora Nacional, ECFR

Tal como em outras áreas da vida humana, também na cena internacional a pandemia do Covid-19 veio aprofundar tendências já em desenvolvimento. Essas alterações parecem ter-se acelerado no que toca aos arranjos cooperativos transatlânticos. É verdade que aquela que é a relação multilateral mais complexa e multidimensional da política internacional há muito que estava sob pressão. Mas foi o Covid-19, exacerbando essas condições pré-existentes, que confirmou o

fim do longo ciclo pós-Segunda Guerra Mundial e que questionou definitivamente o eixo central da chamada Ordem Liberal. Com a pandemia em curso, os termos originais desta relação deixaram de ser válidos. Até agora os europeus agiam sob a convicção de que as administrações americanas podiam ir mudando – e com elas o seu estilo e o modo como interagiam com as capitais europeias – mas a política externa dos EUA para com a Europa mantinha-se inalterável. A capacidade norte-americana e a partilha de valores entre os aliados garantiam isso mesmo. Só que agora deixou de ser assim.

Não se trata já de uma grande frustração com a atual liderança americana (ou ausência desta). Não se trata apenas da incompetência do presidente Trump na gestão da propagação do novo coronavírus. Trata-se, essencialmente, da constatação de que o mundo continua a girar, mas num contexto global que mudou profundamente. De facto, ultrapassada a primeira fase de emergência sanitária, é evidente que muita coisa mudou no modo como as sociedades interagem umas com as outras. E, aqui, o principal efeito da pandemia foi o de por a nu as fragilidades dos nossos sistemas sociais vigentes, inclusive daqueles que resultam da distribuição do poder e da construção de reputações a nível internacional. Ora, é inegável que a China foi quem melhor soube gerir os efeitos geoestratégicos da crise e quem mais habilmente trabalhou a sua imagem a nível global – o que não é de somenos pois foi de lá que veio o agente propagador da pandemia. A crise do Covid-19 veio confirmar aos EUA que a China é o adversário sistémico. E, independentemente

de quem for eleito presidente em novembro, daqui em diante a política de Washington será essencialmente determinada por esse facto. Só que essa não é a leitura dos países europeus. Antes, estes variam substancialmente no modo como encaram as iniciativas de Pequim – veja-se em particular o caso da Itália. E esta cacofonia europeia – de que já havia evidentes prenúncios nos últimos anos – não agrada aos EUA que, neste ponto, mostrarão uma curta tolerância.

Corre então a Europa o risco de se tornar irrelevante, deixando-se entalar entre a rivalidade sino-americana? Não necessariamente. Mas, para tal, precisa de trabalhar os termos de uma nova relação transatlântica. Tais termos deviam traduzir-se numa iniciativa comum tendo em vista o acesso universal equitativo a testes, medicamentos e vacinas para debelar a pandemia viral. Depois devia materializar-se num novo modelo económico global mais resiliente, com diversificação das cadeias de abastecimento e regulado por uma estrutura de governança adequada aos tempos hodiernos. Finalmente, mantinha-se a NATO como aliança militar nuclear, mas a sua ação deveria ser reforçada por um fórum político transatlântico com competências para responder aos desafios emergentes.

Estará a próxima administração norte-americana interessada nesta nova relação transatlântica? Talvez. Afinal, independentemente de quem se vier a sentar na sala oval, há um axioma que se tem mostrado intemporal: que em política é sempre melhor ter aliados. Desde que estes não saiam muito caros, claro.

O COVID-19 como Fator de Reforço do Afastamento Vigente nas Relações Transatlânticas

Luís Dias Ramos

Doutorando em Estudos Estratégicos, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa

A pandemia COVID-19 vem reforçar a tendência de afastamento verificada nas relações transatlânticas, nomeadamente entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União Europeia (UE), na presença de um Reino Unido com um posicionamento incerto e tendencialmente alinhado com os EUA, e de dois espectadores atentos: China e Rússia.

As origens recentes deste afastamento residem, sobretudo, nas políticas individualistas e nacionalistas do presidente Trump, materializadas no fracasso das negociações do Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP), na “guerra” comercial com vários países da UE, destacando-se a Alemanha, nos abandonos do acordo climático de Paris e da Organização Mundial de Saúde e nas exigências de maiores investimentos europeus no sector da Defesa, no âmbito da Aliança Atlântica.

A abordagem da Casa Branca ao COVID-19 contrasta com a abordagem europeia em duas facetas principais. Uma, negacionista, procura instituir uma narrativa de minorização das consequências da pandemia para a saúde pública e do mau desempenho do sistema de saúde, centrando-se, a todo o custo, na recuperação económica. Uma outra, competitiva, procura açambarcar *stocks* de medicamentos com maior

probabilidade de eficácia no combate à pandemia; promovendo uma política de disponibilização de uma vacina, caso seja encontrada por instituições norte-americanas, em primeiro lugar para uso interno e só depois para terceiros, em condições que se anteveem draconianas, conduzindo à geração de lucros e de relações de dependência dificilmente justificáveis nas atuais circunstâncias.

O afastamento dos EUA dos esforços conjuntos de investigação e desenvolvimento de vacinas e de medicamentos eficazes e, também, de interajuda económica e financeira com a UE, poderá reforçar a ideia de isolamento e de *encerclament* da Europa, cuja relevância diminui numa ordem internacional tendencialmente tripolar e mais populista e autoritária, cujas consequências apontam para esforços conjuntos russo-chineses no sentido da degradação do poder norte-americano. Neste contexto, é fundamental um entendimento alargado entre a UE e o Reino Unido na sequência do *Brexit*, tendo em conta que a defesa e a segurança europeias necessitam do envolvimento de Londres, face à indiferença de Washington. Perante problemas demográficos, derivas autoritárias a Leste e as consequências da crise económica e social originada pelo COVID-19, a UE enfrenta o desafio de construir consensos amplos, contrastantes com os “históricos” mínimos denominadores comuns, tanto nas medidas de saúde pública, como económicas, financeiras e sociais. A chanceler Merkel dificilmente perderá a oportunidade de firmar um acordo decisivo para o futuro da Europa, que será potenciada com a descoberta de uma vacina controlada pela UE e por ela disponibilizada à Humanidade